

**PERSPECTIVAS
CONTEMPORÂNEAS DA
PEDAGOGIA SOCIAL: UMA REVISÃO
SISTEMÁTICA DE PRODUÇÕES
CIENTÍFICAS SOBRE AS PRÁTICAS
EDUCATIVAS EM CONTEXTOS
SOCIAIS E INCLUSIVOS.**

**CONTEMPORARY PERSPECTIVES OF
SOCIAL PEDAGOGY: A SYSTEMATIC
REVIEW OF SCIENTIFIC STUDIES ON
EDUCATIONAL PRACTICES IN SOCIAL AND
INCLUSIVE CONTEXT.**

**Autor
LUIZ FERNANDES DIAS JÚNIOR,
lfdj84@gmail.com.**

Resumo: A Pedagogia Social, como campo de conhecimento e prática educativa, articula dimensões escolares e não escolares na formação integral do indivíduo, considerando diversidade cultural, inclusão e desenvolvimento socioemocional. Este estudo teve como objetivo analisar práticas educativas em contextos sociais e não escolares, destacando a formação e atuação do educador social e a organização do trabalho pedagógico voltado à cidadania, equidade e protagonismo dos sujeitos. A metodologia adotada consistiu em revisão sistemática de produções científicas recentes sobre pedagogia social, educação não escolar e formação docente ampliada, com análise crítica de conceitos, estratégias e experiências relatadas. Os resultados indicam que a atuação do educador social em espaços comunitários, culturais e socioeducativos potencializa aprendizagens significativas, fortalece vínculos e promove práticas colaborativas que favorecem inclusão e transformação social. A formação continuada e a abordagem interdisciplinar ampliam suas competências, permitindo adaptar intervenções às necessidades de diferentes grupos. Conclui-se que a Pedagogia Social é instrumento estratégico para sociedades mais justas, ao integrar teoria e prática, valorizar a diversidade e empoderar sujeitos vulnerabilizados como protagonistas e agentes de transformação social.

Palavras-chave: Pedagogia Social. Educação Inclusiva. Formação do Educador. Práticas Socioeducativas. Contextos Comunitários.

Abstract: Social Pedagogy, as a field of knowledge and educational practice, integrates both school and non-school dimensions in the holistic formation of the individual, taking into account cultural diversity, inclusion, and socio-emotional development. This study aimed to analyze educational practices in social and non-school contexts, emphasizing the training and professional role of the social educator, as well as the organization of pedagogical work focused on citizenship, equity, and individual empowerment. The methodology adopted consisted of a systematic review of recent scientific studies on social pedagogy, non-formal education, and expanded teacher training, with a critical analysis of concepts, strategies, and reported experiences. The results indicate that the social educator's engagement in community, cultural, and socio-educational spaces enhances meaningful learning, strengthens social bonds, and promotes collaborative practices that foster inclusion and social transformation. Continuous professional development and an interdisciplinary approach expand the educator's competencies, enabling the adaptation of interventions to the needs of different groups. It is concluded that Social Pedagogy serves as a strategic tool for building fairer societies, as it integrates theory and practice, values diversity, and empowers marginalized individuals as protagonists and agents of social transformation.

Keywords: Social Pedagogy. Inclusive Education. Educator Training. Socio-educational Practices. Community Contexts.

1 INTRODUÇÃO

A educação, historicamente concebida como prática de formação humana, vai além da simples transmissão de saberes, constituindo-se em processo de integração social fundamentado em valores, normas e princípios culturais (SAVIANI, 2008). Nesse contexto, a Pedagogia Social emerge como campo teórico-prático voltado à transformação da realidade, articulando

dimensões sociais, políticas e culturais da aprendizagem. Seu foco não se restringe ao espaço escolar, mas se estende a diferentes contextos de vulnerabilidade, nos quais a atuação do educador social assume caráter emancipador, inclusivo e mobilizador (FREIRE, 1996). Para tanto, exige competências específicas, como mediação de conflitos, facilitação de grupos e fortalecimento da cidadania, permitindo a criação de ambientes colaborativos que valorizam o protagonismo dos sujeitos (GADOTTI, 2005). Os públicos atendidos abrangem crianças, adolescentes, adultos e idosos em condições de exclusão, bem como indivíduos em reintegração social, pacientes hospitalares e migrantes, revelando a diversidade de trajetórias e necessidades contempladas pela prática socioeducativa (ARROYO, 2011).

Assim, a Pedagogia Social afirma-se como um campo indispensável para a promoção da equidade e do desenvolvimento humano, pois reconhece a diversidade dos sujeitos e valoriza seus saberes e vivências. Ao articular práticas educativas com políticas públicas e ações comunitárias, contribui não apenas para reduzir desigualdades, mas também para criar novas possibilidades de participação social e exercício da cidadania. Nessa perspectiva, o educador assume um papel estratégico como mediador de processos coletivos e agente de transformação

em contextos historicamente marcados pela exclusão.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A Pedagogia Social vem se consolidando como um campo específico de conhecimento e de ação educativa que busca compreender e intervir nos processos formativos que ocorrem para além dos limites da escola. Sua proposta apoia-se na visão de formação integral, reconhecendo que o desenvolvimento humano envolve dimensões cognitivas, culturais, sociais e emocionais, as quais se manifestam em diferentes contextos de convivência. Assim, esse campo ressalta a importância da diversidade cultural e da inclusão como princípios estruturantes das práticas educativas, valorizando a singularidade dos sujeitos e de seus modos de participação na vida social.

Enquanto perspectiva teórica, a Pedagogia Social entende a educação como fenômeno intrinsecamente social, presente em espaços comunitários, culturais, assistenciais e institucionais, onde se constroem vínculos, sentidos e aprendizagens. Nesse cenário, o educador social destaca-se como agente formativo fundamental, cuja atuação envolve mediar experiências, favorecer a construção de autonomia e promover oportunidades educativas que contribuam para o exercício da cidadania e para a ampliação da equidade. Seu trabalho requer sensibilidade para interpretar

os contextos nos quais está inserido, assim como capacidade de desenvolver estratégias pedagógicas que dialoguem com as vivências, demandas e potencialidades dos grupos acompanhados.

Dessa forma, o presente estudo apoia-se em contribuições teóricas que analisam práticas formativas desenvolvidas em ambientes sociais e não escolares, reconhecendo que esses espaços apresentam dinâmicas próprias, marcadas tanto por desafios sociais quanto por possibilidades de fortalecimento coletivo. Esse referencial orienta a compreensão sobre os modos pelos quais a Pedagogia Social organiza suas intervenções, estrutura a formação profissional dos educadores sociais e sustenta práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social, o fortalecimento de vínculos comunitários e o desenvolvimento de sujeitos ativos e participativos.

2.1 Educação escolar e não escolar: dimensões complementares da formação humana

A educação escolar e a educação não escolar não devem ser compreendidas como esferas antagônicas, mas sim como dimensões complementares do processo formativo. Enquanto a primeira se orienta pela sistematização dos saberes e pela preparação acadêmica, a segunda amplia os horizontes da aprendizagem ao articular cultura, identidade

e práticas sociais. Juntas, contribuem para o fortalecimento da cidadania, para a promoção da coesão social e para a construção de uma identidade nacional inclusiva, capaz de integrar as múltiplas realidades e experiências que compõem o tecido social brasileiro. Arroyo (2011) destaca que a pedagogia social se enraíza na vida concreta dos sujeitos historicamente marginalizados, buscando dar visibilidade às suas vozes e experiências silenciadas pela sociedade.

Pense de forma reflexiva que a educação escolar pode ser exemplificada por uma imagem de uma sala de aula brasileira, na qual estudantes de diferentes origens encontram-se reunidos, participando de um processo formativo orientado por um docente. Na qual, o cenário é marcado por mapas, cartazes sobre direitos humanos e produções artísticas dos alunos, que revela a riqueza da diversidade cultural e social composta pela realidade educativa do país. Por outro lado, a educação não escolar manifesta-se em espaços comunitários, como praças, onde atividades como a capoeira, conduzidas por mestres tradicionais, expressam a força da cultura afro-brasileira e transmitem valores de identidade, pertencimento e resistência. Nessas práticas, observa-se a dimensão viva da Pedagogia Social, que, ao valorizar experiências culturais, sociais e ambientais, fortalece laços comunitários e promove aprendizagens significativas.

Todavia, a formação integral do ser humano ultrapassa a transmissão de conteúdos escolares e se concretiza na capacidade de relacionar saberes à vida em sociedade. A escola, nesse processo, oferece conhecimentos sistematizados e desenvolve competências como responsabilidade, disciplina e cooperação, preparando os sujeitos para atuarem de forma crítica e participativa em diferentes esferas sociais. O educador, portanto, não apenas transmite conteúdos, mas cria condições para que os estudantes construam aprendizagens significativas e conectadas à realidade (FREIRE, 1996).

De igual modo, práticas educativas fora do espaço escolar desempenham papel essencial no desenvolvimento humano, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Experiências em ambientes comunitários, culturais, esportivos e familiares fortalecem valores éticos e possibilitam a aplicação prática dos conhecimentos no cotidiano. Nesse cenário, a Pedagogia Social orienta o trabalho do educador como mediador de processos coletivos e agente de transformação social, capaz de promover inclusão, cidadania e emancipação. Ao articular teoria e prática, essa perspectiva educativa amplia o alcance das ações formativas, favorecendo que sujeitos historicamente marginalizados assumam o protagonismo de suas trajetórias e que comunidades inteiras avancem em direção a

maior equidade (GADOTTI, 2005; ARROYO, 2012).

2.2 Pedagogia social: formação / atuação do educador social e a formação docente ampliada em contextos não escolares

A Pedagogia Social também se materializa em ações concretas, como programas de alfabetização de jovens e adultos, projetos de formação profissional, iniciativas de gestão financeira, de inclusão digital e de apoio psicológico. Essas práticas demonstram que a função do educador social vai além da transmissão de conteúdos: trata-se de intervir em realidades sociais específicas, promovendo não apenas a aprendizagem cognitiva, mas também o fortalecimento da autoestima, da autonomia e da dignidade humana. Nesse horizonte, a Pedagogia Social assume princípios de justiça social, inclusão e participação cidadã, preparando educadores para enfrentar questões como desigualdade, violência urbana e violações de direitos humanos. Como sintetiza Gadotti (2005, p. 73), “a pedagogia social é um projeto político-pedagógico que articula educação, cultura e cidadania na construção de sociedades mais justas e democráticas”.

Outro aspecto relevante que consiste na contribuição da Pedagogia Social para a convivência comunitária são as estratégias de mediação de conflitos e incentivo ao diálogo, ela possibilita a construção de ambientes mais

harmônicos e colaborativos, fortalecendo redes de apoio e vínculos sociais. Freire (2001, p. 25) já advertia que “não há educação neutra: ou ela é libertadora ou domesticadora”, o que reforça a dimensão política do trabalho pedagógico nos espaços não escolares. Dessa forma, a prática do educador social deve estar orientada pela promoção da justiça social, pela defesa dos direitos humanos e pelo incentivo à participação cidadã.

A formação do educador social deve abranger também competências de gestão e sustentabilidade, visto que muitos profissionais assumem funções de liderança em projetos que dependem de financiamento e administração eficiente. A ausência de formação em planejamento estratégico, gestão financeira e captação de recursos pode limitar o alcance e a viabilidade das iniciativas. Gadotti (2005, p. 73) lembra que “a prática educativa não se dissocia das condições materiais de sua realização”, reforçando que a eficácia das ações sociais depende também da competência administrativa e organizacional dos educadores.

A experiência formativa do educador social, por sua vez, não se limita ao ambiente escolar tradicional. Sua atuação envolve comunidades, centros de reabilitação, associações culturais, instituições religiosas e projetos sociais que priorizam a transformação social e o desenvolvimento

integral dos indivíduos. Arroyo (2011) destaca que os sujeitos da Pedagogia Social são aqueles historicamente silenciados, cujas experiências revelam “as marcas da exclusão e, ao mesmo tempo, a potência da resistência e da luta por reconhecimento”.

As ações educativas nesses espaços assumem, portanto, uma função transformadora. Ao promover a inclusão social e a acessibilidade, a Pedagogia Social garante que diferentes grupos tenham acesso a oportunidades educativas significativas, adaptadas às suas realidades. Além disso, estimula o empoderamento por meio de metodologias participativas, que reconhecem os conhecimentos prévios e legitimam as vivências dos sujeitos. Saviani (2008) destaca que a educação é uma prática social historicamente situada, devendo responder às condições concretas de cada grupo social para cumprir sua função emancipatória.

A formação docente ampliada constitui-se em um paradigma educacional que transcende a aquisição de conhecimentos técnicos e disciplinares, incorporando dimensões sociais, éticas, políticas e culturais que estruturam o papel do educador na contemporaneidade. Sob essa perspectiva, à docência não pode restringir-se ao domínio de conteúdos curriculares, mas deve incluir a capacidade de refletir criticamente sobre a prática educativa, adaptando-se às demandas sociais e culturais que emergem em uma

sociedade em constante transformação. Nesse sentido, Freire (1996, p. 22) adverte que “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças, não se reduzem à condição de objeto um do outro”, o que evidencia a necessidade de preparar professores capazes de construir processos educativos dialógicos, inclusivos e emancipatórios.

A formação ampliada enfatiza, ainda, a interdisciplinaridade, a colaboração e a inovação pedagógica como dimensões fundamentais da prática educativa. Ao situar-se no horizonte da justiça social, essa formação habilita o educador a atuar em diferentes espaços de aprendizagem, tanto escolares quanto não escolares. Gadotti (2005) sublinha que a educação, quando concebida como prática social, deve ser compreendida como um projeto político-pedagógico voltado à emancipação, articulando saberes, culturas e práticas comunitárias. Essa compreensão habilita o educador social a atuar em ambientes comunitários, organizações não governamentais, instituições culturais e demais espaços que demandam práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas.

A formação docente ampliada permite que os profissionais desenvolvam habilidades para a criação e implementação de projetos socioeducativos voltados ao empoderamento comunitário, à cidadania ativa e à coesão social. Durante a especialização em Pedagogia

Social, por exemplo, adotou-se uma abordagem interdisciplinar que combinou sociologia, psicologia, políticas públicas e metodologias participativas. Esse caráter interdisciplinar reforça o compromisso do educador social com a transformação social e com a construção de ambientes educativos que extrapolam os limites da sala de aula. Como afirma Saviani (2008, p. 53), “a educação é uma prática social que se realiza no interior das contradições sociais, podendo reforçar ou superar a ordem existente”, evidenciando a necessidade de formar educadores capazes de atuar como agentes de superação das desigualdades estruturais.

Nesse processo, a formação contínua é central, pois permite ao educador social atualizar suas práticas e desenvolver estratégias criativas para responder aos desafios emergentes das comunidades em que atua. Todavia, o educador social, ao articular atividades culturais, esportivas, educativas e de saúde, constrói espaços de convivência que fortalecem a cidadania e o desenvolvimento integral.

Portanto, a formação ampliada do educador social é essencial para enfrentar os desafios impostos pela vulnerabilidade, pela exclusão e pela desigualdade social. Essa formação, fundamentada em princípios éticos e políticos, prepara o profissional para construir redes de apoio, mediar conflitos, mobilizar comunidades e desenvolver

metodologias participativas que possibilitem a emancipação dos sujeitos. Como sintetiza Freire (2001, p. 25), “ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando”, o que reforça a ideia de que a formação do educador social é, antes de tudo, um processo contínuo, coletivo e transformador. ireção a maior equidade (GADOTTI, 2005; ARROYO, 2012).

2.3 Diversidade cultural e educação social: caminhos para a formação docente crítica na contemporaneidade

O conceito de diversidade, no âmbito educacional, não se limita ao reconhecimento das diferenças culturais, sociais e individuais, mas envolve a valorização dessas singularidades como elementos constitutivos de processos pedagógicos emancipadores. A diversidade enriquece as interações humanas, cria espaços de trocas dialógicas e possibilita ambientes em que todos aprendem e ensinam simultaneamente. Freire (1996, p. 22) afirma que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”, destacando a importância de práticas educativas que acolham a pluralidade de saberes e experiências. Assim, o respeito torna-se princípio fundante, pois implica acolher as diferenças com empatia e reconhecimento, estabelecendo relações pedagógicas que favorecem inclusão, dignidade e

pertencimento. No exercício da docência social, a hospitalidade e a gentileza adquirem dimensão pedagógica essencial. A hospitalidade, entendida como a criação de espaços seguros e acolhedores, permite que os sujeitos expressem suas necessidades e aspirações; já a gentileza, manifesta em atitudes de cuidado e solidariedade, fortalece vínculos de confiança e cooperação. Gadotti (2005, p. 47) argumenta que “a pedagogia deve ser, antes de tudo, um ato de amor e de coragem, um compromisso ético com o outro”, ressaltando que práticas educativas ancoradas em respeito e generosidade inspiram não apenas transformações individuais, mas também sociais.

A valorização da diversidade exige, portanto, metodologias que promovam a participação ativa dos sujeitos nos processos formativos. Experiências inspiradas na educação popular, na pedagogia da autonomia e na aprendizagem baseada em projetos estimulam a construção coletiva do conhecimento e o protagonismo comunitário. Arroyo (2011) observa que as práticas educativas sociais “devem reconhecer os sujeitos como portadores de histórias e culturas, não como carentes ou receptores passivos”, defendendo uma pedagogia que respeite trajetórias e fortaleça a identidade dos participantes. Dessa forma, a Educação Social assegura que diferentes vozes sejam ouvidas, reconhecidas e legitimadas no espaço

pedagógico.

Além da dimensão formativa, cabe ao educador social planejar, implementar e avaliar projetos que demandam recursos humanos, materiais e financeiros. A capacidade de avaliar o impacto das ações e de readequar metodologias é essencial para que o processo socioeducativo seja dinâmico e efetivo. Saviani (2008, p. 53) lembra que “a educação é sempre mediação da prática social global”, o que implica compreender que cada intervenção pedagógica deve estar articulada às condições concretas das comunidades em que se insere. Assim, a integração de competências de gestão, pesquisa aplicada e avaliação contínua fortalece a atuação do educador social diante dos desafios contemporâneos.

A Educação Social, nesse contexto, revela sua relevância política e social ao assegurar o direito à educação para sujeitos historicamente excluídos. Sua prática pauta-se no respeito ao indivíduo e em sua dignidade, reconhecendo direitos, necessidades e sonhos como parte constitutiva do processo formativo. Entretanto, embora possua potencial de transformação, é necessário compreender que o acesso à educação não resolve, por si só, a desigualdade estrutural presente na sociedade brasileira. Como defende Freire (2001, p. 25), “não há educação neutra: ou ela é libertadora ou é domesticadora”, reafirmando o caráter

político das práticas educativas no enfrentamento das injustiças sociais.

Nesse horizonte, a educação continuada emerge como instrumento estratégico para o aprimoramento profissional dos educadores sociais. O avanço das tecnologias de informação e comunicação amplia as possibilidades de formação, permitindo maior flexibilidade e acesso a materiais digitais diversificados, como artigos em formato PDF, vídeos didáticos e cursos online. Essa multiplicidade de recursos não apenas amplia o repertório pedagógico, mas também favorece a atualização constante, imprescindível diante das transformações socioculturais e educacionais. Gadotti (2005) reforça que a educação de educadores deve ser permanente, articulando teoria e prática em uma perspectiva crítica e reflexiva.

A formação inicial e continuada no campo da Educação Social, especialmente quando articulada à Educação Popular e à Educação em Direitos Humanos, constitui-se em base sólida para a prática docente em contextos complexos e desafiadores. A Educação Popular, inspirada na tradição por Paulo Freire que valoriza os saberes comunitários e propõe metodologias dialógicas que transformam educandos em sujeitos ativos de seu processo de aprendizagem. Já a Educação em Direitos Humanos fortalece a dimensão ética e cidadã, promovendo valores de respeito, justiça e

equidade. Arroyo (2011) destaca que “educar é também um ato político de reconhecimento e de luta por direitos”, situando a pedagogia social como ferramenta essencial na construção de sociedades mais democráticas. Portanto, a diversidade, a hospitalidade, a educação popular, a formação continuada e a educação em direitos humanos, articuladas pela Pedagogia Social, configuram-se como pilares para a preparação crítica e ética de educadores sociais. Essa formação possibilita não apenas intervenções educativas mais eficazes, mas também a construção de práticas emancipatórias que contribuem para a superação das desigualdades e para a consolidação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

2.4 Organização do trabalho pedagógico em espaços não escolares: uma visão humanística e estratégica da pedagogia social

A organização do trabalho pedagógico em espaços não escolares constitui-se como dimensão essencial da formação inicial e continuada para a docência no campo da Educação Social. Tal perspectiva amplia a compreensão dos futuros educadores acerca da multiplicidade de contextos nos quais o ensino e a aprendizagem podem ocorrer, rompendo com a visão restrita que limita a prática educativa ao espaço formal da escola. Como salienta Saviani (2008, p. 77), “a

pedagogia deve compreender a educação em sua totalidade, inserida no movimento histórico da sociedade”, o que significa reconhecer que o trabalho educativo se manifesta também nos espaços comunitários, culturais, sociais e institucionais.

O trabalho pedagógico em contextos não escolares envolve ações intencionais e sistemáticas voltadas à aprendizagem, ao desenvolvimento integral dos indivíduos e à promoção da cidadania. Sua complexidade abrange etapas como planejamento, execução, avaliação, reflexão crítica e relação com a comunidade, exigindo do educador não apenas conhecimento teórico, mas também habilidades práticas, sensibilidade e compromisso ético-político. Para Freire (1996, p. 23), “não há docência sem discência”, evidenciando que tais práticas são dialógicas e horizontais, já que educadores e educandos se constituem mutuamente nos processos de aprendizagem. Uma vez que, o papel do educador social transcende a mera transmissão de conteúdo, pois trata-se de um trabalho orientado por competências profissionais que articulam comunicação, empatia, mediação de conflitos e construção de vínculos. Como defende Freire (2001, p. 25), “a esperança é um imperativo ontológico que move o educador na construção de um mundo mais justo”. O educador social, ao atuar junto a sujeitos historicamente marginalizados, utiliza metodologias

participativas que favorecem tanto a transformação individual quanto a coletiva, promovendo inclusão e fortalecimento comunitário.

A Pedagogia Social, nesse cenário, assume a centralidade de uma prática educativa voltada à inclusão e à cidadania. Ao intervir em comunidades, centros culturais, ONGs, instituições de reabilitação e projetos de inserção social, promove o desenvolvimento humano integral e fortalece processos coletivos de participação. Gadotti (2005) enfatiza que a pedagogia social é também “um exercício de democracia, pois promove a participação ativa de sujeitos e comunidades na construção do conhecimento e na transformação da realidade”.

A prática em ambientes não escolares também possibilita a construção de uma visão holística da educação, na qual o processo de ensino-aprendizagem é contínuo e interligado à vida cotidiana e ao desenvolvimento comunitário. Nessa perspectiva, os educadores tornam-se agentes de transformação social, articulando saberes escolares e comunitários. Arroyo (2011) lembra que “os sujeitos das práticas sociais trazem consigo histórias, culturas e lutas que não podem ser desconsideradas”, apontando para a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam e respeitem a diversidade cultural e social das comunidades.

Ao considerar a formação docente

ampliada é importante tecer que a atuação do educador deve abranger não apenas o espaço escolar tradicional, mas também empresas, organizações sociais, projetos comunitários, espaços culturais e programas de reinserção social. Essa formação abarca o domínio de metodologias interdisciplinares, de teorias pedagógicas aplicáveis a diferentes realidades e de competências de gestão de projetos socioeducativos. Para Saviani (2008), a prática pedagógica só adquire sentido quando articulada à luta pela transformação das condições sociais, econômicas e políticas que determinam a exclusão e a desigualdade.

Outro aspecto essencial da formação docente ampliada é a relevância da aprendizagem em ambientes não escolares. Tais espaços, ao estarem conectados com a realidade dos estudantes, tornam o processo formativo mais significativo e motivador, ao possibilitar a aplicação prática de conhecimentos em projetos comunitários, ações culturais ou estágios profissionais. Essa aproximação entre teoria e prática favorece a construção do conhecimento crítico e contextualizado, além de estimular a colaboração e a interação social. Segundo Gadotti (2005), a educação é tanto mais significativa quanto mais se enraíza nas práticas de vida e nos desafios cotidianos das comunidades. Contudo, é preciso reconhecer que os espaços educacionais formais permanecem como estruturantes para o

desenvolvimento humano integral. Sua organização curricular, a sistematização de saberes e a convivência coletiva oferecem condições essenciais para a socialização, a formação cognitiva e a preparação para a cidadania. Neles, desenvolvem-se não apenas competências acadêmicas, mas também habilidades sociais, emocionais e éticas que fundamentam a construção de sujeitos críticos e participativos. Para Saviani (2008), a educação escolar é insubstituível na formação da consciência crítica e na universalização do acesso ao conhecimento sistematizado.

Entretanto, tais práticas enfrentam inúmeros desafios relacionados ao financiamento, à capacitação contínua de educadores e ao reconhecimento institucional. Muitas vezes, a atuação em espaços não escolares depende de recursos instáveis, voluntariado ou apoio comunitário, o que limita seu alcance e impacto. Ainda assim, a Pedagogia Social revela-se como caminho indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, pois possibilita que sujeitos historicamente excluídos sejam protagonistas de sua própria formação e transformação social.

Em síntese, a organização do trabalho pedagógico em espaços não escolares representa uma dimensão essencial da formação docente ampliada, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de práticas educativas democráticas, críticas e

transformadoras, também gera diálogo com a diversidade, promovendo a inclusão e articulação entre a teoria e prática em contextos plurais, pois a Pedagogia Social reafirma sua relevância no enfrentamento das desigualdades e na construção de uma educação comprometida com a emancipação humana.

2.5 A docência ampliada e a educação social como prática transformadora: desafios e possibilidades da pedagogia social em espaços não escolares

A docência ampliada articula educação integral, inclusão social e cidadania, ao mesmo tempo em que fortalece a Pedagogia Social como campo estratégico para enfrentar desigualdades e promover justiça social. O desafio está em reconhecer a legitimidade dessas práticas, investir na formação crítica de educadores e assegurar condições estruturais que viabilizem sua atuação. Como sublinha Gadotti (2005, p. 113), “não se trata de pensar a educação apenas como escolarização, mas como práxis social e cultural capaz de transformar vidas e comunidades”. A docência ampliada, portanto, rompe com o aprisionamento do ato de ensinar à escola, uma vez que “aprisioná-los na escola é reduzir o poder de atuação docente e afastá-lo de outros espaços que demandam a sua presença” (Formação Docente Ampliada, 2003, p. 25). Essa perspectiva integra as

dimensões formais, não formais e informais da educação, reconhecendo quatro âmbitos centrais para a prática docente não escolar: a formação para o trabalho, o lazer e a cultura, a educação social e a própria escola. Trata-se de uma visão integradora que potencializa o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões.

O trabalho do educador social apresenta-se como prática multifacetada, atravessada por exigências institucionais, sociais e comunitárias que, muitas vezes, não estão claramente definidas. Romans, Petrus e Trilla (2003, p. 119) já advertiam que “o trabalho do educador social requer definição, por parte de quem o contratou, de certas funções que nem sempre são vistas com clareza”, revelando a imprecisão que acompanha a profissão. Tal imprecisão decorre das múltiplas tarefas que o educador desempenha, repercutindo tanto em seu nível de satisfação quanto na qualidade do serviço prestado às comunidades. Nesse contexto, emerge o fenômeno do desvio de função, caracterizado pela realização de atividades que extrapolam as atribuições originais do educador social. Entre suas causas, destacam-se a escassez de pessoal qualificado, a sobrecarga de trabalho, a falta de recursos financeiros e a ausência de clareza na descrição das funções. Esse cenário, conforme Gadotti (2005), compromete a dimensão emancipatória da educação, uma

vez que o educador passa a se ocupar de tarefas secundárias, em detrimento do trabalho pedagógico transformador. As consequências são graves: queda da qualidade do atendimento, esgotamento profissional e fragilização dos programas de inclusão e desenvolvimento social.

A educação social, enquanto abordagem complementar e muitas vezes alternativa, centra-se na promoção da inclusão e no fortalecimento dos direitos de populações marginalizadas ou em situação de vulnerabilidade. Sua finalidade é oferecer oportunidades de aprendizagem que considerem as especificidades sociais, culturais e econômicas dos sujeitos, criando condições para a cidadania ativa e para a transformação social. Arroyo (2011, p. 44) sublinha que “os educadores sociais são chamados a lidar com sujeitos concretos, historicamente situados e vulnerabilizados, cuja educação exige escuta, compromisso e reinvenção de práticas”. Assim, a educação social opera como mediação fundamental na construção de uma vida digna e no fortalecimento da equidade.

Diante dessa perspectiva é importante compreender que a educação integral se insere nesse horizonte ao propor o desenvolvimento do indivíduo em suas múltiplas dimensões — acadêmica, social, emocional, cultural e física. Trata-se de uma concepção que busca formar cidadãos críticos, criativos e conscientes de seu papel social, integrando diferentes saberes

e experiências educativas, a fim de valorizar o contexto em que o educando está inserido. Gadotti (2009, p. 56) defende que a educação integral deve “considerar o ser humano em sua totalidade, e não apenas como aluno em processo de escolarização”, o que implica oferecer oportunidades educativas diversificadas que ultrapassem a escola tradicional. Ora, a educação integral amplia o período de permanência dos estudantes em instituições escolares, garantindo acesso a atividades que vão além do currículo tradicional — esportes, artes, projetos culturais e comunitários. Além de favorecer o desempenho acadêmico, tal modelo promove habilidades socioemocionais e a convivência social, constituindo-se como espaço seguro para a formação plena. Para Saviani (2008), a escola, em sua função social, não deve apenas instruir, mas formar integralmente sujeitos, articulando conteúdos científicos, culturais e práticos.

A formação docente para atuar em espaços não escolares exige a compreensão de que os conteúdos e saberes trabalhados no processo formativo estão interligados em uma cadeia educacional contínua e gradativa. Tal processo contempla a complexidade dos sujeitos da prática socioeducativa, demandando do educador a capacidade de planejar atividades que dialoguem com as necessidades específicas, as realidades locais e as singularidades dos participantes. Nesse

sentido, a formação deve possibilitar ajustes metodológicos capazes de promover o desenvolvimento integral dos indivíduos, valorizando suas experiências de vida e incentivando a participação ativa em redes de apoio e de cooperação comunitária. Para Freire (1996, p. 32), “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, de modo que o papel do educador social é construir mediações significativas entre conhecimento, experiência e realidade social. Superar tais dilemas requer uma formação docente ampliada, capaz de preparar o educador para atuar em contextos diversificados e complexos. Segundo o documento Formação Docente Ampliada (2003, p. 42), “libertar a docência da escola é um dos maiores desafios daqueles que pretendem a formação de docentes para atuarem em ambientes não escolares”. Essa perspectiva propõe expandir a prática docente para além dos muros da escola, reconhecendo a potência educativa dos espaços comunitários, culturais e sociais. Para Saviani (2008), à docência não pode ser reduzida à transmissão de conteúdos escolares, mas deve se configurar como prática social comprometida com a transformação das condições concretas de vida.

Com base nesse contexto, três posturas fundamentais orientam a atuação do educador social: flexibilidade metodológica,

empatia cultural e trabalho colaborativo. A flexibilidade permite adequar as metodologias às diferentes realidades e necessidades, evitando soluções homogêneas para contextos heterogêneos. A empatia possibilita compreender e respeitar culturas, valores e experiências de vida, estabelecendo vínculos de confiança com os educandos. Já o trabalho colaborativo assegura a construção de redes de apoio com instituições, profissionais e comunidades, ampliando o alcance e o impacto das ações socioeducativas. Para Freire (1996, p. 68), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção”, o que reforça a centralidade dessas posturas no campo da Pedagogia Social.

Entretanto, a distinção entre educação escolar (formal e regulamentada, organiza-se em currículos, horários, avaliações e certificações) e educação não escolar (ocorre em espaços flexíveis — ONGs, centros comunitários, bibliotecas, museus, empresas —, utilizando metodologias dinâmicas e interdisciplinares que dialogam com a experiência social dos sujeitos) ilumina ainda mais essa discussão. Arroyo (2011) ressalta que, nesses contextos, os educadores devem reconhecer os sujeitos como portadores de saberes e histórias, o que exige práticas pedagógicas que não apenas transmitam conhecimento, mas que acolham e ressignifiquem as experiências vividas.

A aprendizagem transcende o ambiente escolar, manifestando-se nas interações cotidianas, nas experiências comunitárias e nos processos sociais. Para Freire (2001), a educação não é capaz, por si só, de transformar o mundo, mas tem o potencial de transformar pessoas, que, em sua ação, promovem mudanças sociais. Sob esse enfoque, a Pedagogia Social amplia o alcance do processo educativo ao dialogar com diferentes contextos sociais e culturais, promovendo inclusão, equidade e o protagonismo dos sujeitos.

2.6 A atuação do educador social e a promoção da inclusão: interfaces entre pedagogia social, equidade e organização do trabalho sociopedagógico

A atuação do educador social e a organização do trabalho sociopedagógico são dimensões essenciais para o desenvolvimento integral do indivíduo. Mais do que a transmissão de conteúdos, sua prática envolve mediação, orientação e cooperação, elementos que favorecem não apenas a aprendizagem acadêmica, mas também a formação ética, cidadã e cultural. Nesse sentido, o educador social assume o papel de facilitador de processos formativos, criando condições para que o sujeito construa seu próprio conhecimento e desenvolva autonomia crítica (FREIRE, 1996).

Nesse horizonte, o educador social se

configura como agente de transformação, especialmente em contextos de vulnerabilidade. Sua atuação abrange desde o fortalecimento de vínculos comunitários até a promoção de atividades educativas, culturais e lúdicas que estimulam cidadania, consciência de direitos e inclusão social. Como destaca Arroyo (2004), essa prática busca integrar dimensões cognitivas, emocionais e sociais, possibilitando uma educação integral que valoriza a diversidade e contribui para a construção de ambientes de aprendizagem inclusivos e emancipadores.

A orientação pedagógica revela-se essencial para guiar os indivíduos em seus percursos de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal. Tal orientação envolve tanto aspectos acadêmicos quanto dimensões emocionais e psicológicas, configurando-se como suporte fundamental para a construção da autonomia dos sujeitos. Quando o educador social reconhece e valoriza as potencialidades de cada participante, cria-se um ambiente de confiança e acolhimento que favorece a expressão de identidades, interesses e habilidades. Saviani (2008) enfatiza que a função do educador deve se pautar por uma prática pedagógica intencional, voltada para a emancipação dos sujeitos e para a superação das condições de desigualdade que os limitam. A cordialidade nas relações educativas manifesta-se por meio da empatia, do respeito

e da valorização do outro, favorecendo a construção de vínculos baseados no diálogo e na escuta ativa. Esse ambiente acolhedor estimula a participação dos educandos e fortalece a convivência democrática, rompendo com práticas autoritárias e promovendo relações horizontais (GADOTTI, 2005). Além de potencializar o aprendizado, essa dinâmica repercute nas interações entre os alunos, incentivando a cooperação e a construção de uma convivência harmoniosa. O trabalho colaborativo, nesse sentido, assume papel estruturante da prática sociopedagógica, ao desenvolver competências sociais, cognitivas e emocionais essenciais à vida em sociedade, como a negociação, a resolução de conflitos e o exercício da cidadania (ARROYO, 2011).

Nessa perspectiva, a educação deve ser entendida como processo social e cultural, vinculado às condições históricas e às lutas por inclusão e equidade. Não se restringe à transmissão de saberes, mas configura-se como prática orientada para a transformação da realidade, sempre marcada por escolhas éticas e políticas (FREIRE, 1987). A pedagogia social, ao dialogar com diferentes dimensões comunitárias, aproxima-se do papel desempenhado por profissionais da saúde em situações emergenciais, pois ambos atuam na atenção às necessidades humanas em contextos de vulnerabilidade. Enquanto os primeiros oferecem respostas imediatas a

crises físicas, os educadores sociais intervêm em emergências sociais e culturais, prevenindo desigualdades e promovendo a dignidade humana. Essa atuação reforça sua relevância como agentes indispensáveis para o bem-estar coletivo e para a construção de uma sociedade mais justa.

Ao integrar conteúdos de cidadania e práticas da Pedagogia da Convivência, o trabalho sociopedagógico amplia sua relevância social. A cidadania, entendida como o exercício de direitos e deveres em uma comunidade, exige uma prática educativa comprometida com a democracia e a equidade. A Pedagogia da Convivência, conforme aponta Gadotti (2009), enfatiza a importância do diálogo e da resolução pacífica de conflitos como princípios educativos, favorecendo a construção de ambientes inclusivos e respeitosos. Assim, ao articular cidadania e convivência, a prática pedagógica ultrapassa o ensino acadêmico e promove valores sociais indispensáveis para a formação de sujeitos críticos e participativos.

No contexto brasileiro, a vertente anglo-saxônica da Pedagogia Social mostra-se particularmente relevante, ao enfatizar a emancipação e o empoderamento de indivíduos em situação de vulnerabilidade. Sua perspectiva, marcada pelo foco na inclusão social e na formação de comunidades resilientes, responde aos desafios de desigualdade, violência e exclusão enfrentados

pela sociedade. Essa abordagem converge com o pensamento de Saviani (2008), para quem a educação deve ser compreendida como prática social transformadora, voltada para a superação das contradições que marcam a realidade.

Por fim, a reflexão crítica constitui-se em elemento indispensável para a prática sociopedagógica. Trata-se de um processo analítico que permite a revisão das próprias práticas, a identificação de limitações e a adaptação das metodologias aos contextos específicos dos educandos. Freire (1996, p. 43) afirma que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, ressaltando que o educador precisa constantemente refletir sobre sua prática para que ela se mantenha viva, contextualizada e comprometida com a transformação.

Nesse sentido, o trabalho sociopedagógico voltado ao lazer e à cultura adquire relevância especial no cenário brasileiro. Em um país marcado por desigualdades, promover atividades culturais e de lazer para comunidades vulneráveis significa não apenas oferecer espaços de convivência, mas também fomentar cidadania, identidade e pertencimento. Freire (2001, p. 29) afirmava que “a educação é um ato de amor, por isso um ato de coragem”, e ao ser concretizada em práticas socio pedagógicas, ela rompe o ciclo da exclusão e fortalece laços comunitários. Assim, tanto a educação formal

quanto a não escolar, a integral e a social, articulam-se como dimensões complementares de um mesmo processo educativo. A Pedagogia Social, nesse contexto, não busca negar a escola, mas ampliar os horizontes de sua função, construindo pontes entre os diferentes espaços formativos e reconhecendo que a aprendizagem ocorre de forma contínua e multifacetada. Dessa forma, forma-se um educador capaz de intervir nas realidades complexas de nossa sociedade, promovendo inclusão, cidadania e justiça social.

Assim, a intervenção sociopedagógica, ao articular orientação, cordialidade, colaboração, cidadania e reflexão crítica, contribui não apenas para a inclusão e o desenvolvimento integral dos sujeitos, mas também para a construção de uma sociedade mais equitativa, democrática e solidária. A implementação de intervenções pedagógicas contínuas e adaptáveis deve considerar não apenas a recuperação de lacunas de aprendizagem, especialmente em habilidades fundamentais de leitura, escrita e raciocínio lógico-matemático, mas também o fortalecimento do bem-estar e da autoestima dos alunos. A análise do contexto socioeconômico e das barreiras sociais e emocionais que impactam o processo educativo é imprescindível, incluindo fatores como acesso restrito a recursos, instabilidade familiar ou vivências traumáticas. Nesse

cenário, a elaboração de planos de ensino individualizados ou em pequenos grupos, associada à utilização de metodologias ativas, como jogos educativos, projetos de aprendizagem e plataformas digitais adaptativas, contribui para a aprendizagem significativa e para a superação de dificuldades (Freire, 1996; Gadotti, 1994).

Em síntese, a atuação do educador social nos espaços socioeducativos integra práticas pedagógicas orientadas para a inclusão, a equidade e a emancipação, configurando-se como dimensão central no desenvolvimento integral dos sujeitos. A formação continuada, exemplificada por cursos de extensão em Pedagogia Social, potencializa essa atuação ao incorporar referenciais teóricos, metodológicos e estratégias inovadoras que favorecem aprendizagens significativas e contextualizadas. Nesse horizonte, a Pedagogia Social afirma-se como campo indispensável para a promoção de sociedades mais justas e democráticas, em consonância com os princípios defendidos por Freire (1996), Gadotti (1994), Arroyo (2004) e Saviani (2011).

A presente investigação utilizou como procedimento central uma revisão sistemática de estudos recentes voltados à pedagogia social, à educação em contextos não escolares e à ampliação da formação docente. Esse percurso metodológico possibilitou a

identificação de categorias conceituais essenciais, além de permitir o mapeamento de estratégias e práticas aplicadas em distintas realidades educativas, oferecendo uma visão mais abrangente das múltiplas expressões da ação pedagógica para além dos ambientes formais de ensino. A análise crítica desse conjunto de produções também revelou experiências que demonstram o papel significativo da pedagogia social na construção de aprendizagens relevantes e na qualificação do trabalho de educadores inseridos em contextos heterogêneos. As interpretações alcançadas ampliam o debate sobre a formação de profissionais aptos a enfrentar demandas sociais contemporâneas, articulando fundamentos teóricos, práticas inovadoras e um compromisso ético voltado à transformação e ao fortalecimento dos processos educativos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que a atuação do educador social em territórios comunitários, culturais e socioeducativos favorece a construção de experiências de aprendizagem mais relevantes e contextualizadas. Simultaneamente, esse trabalho fortalece relações entre os participantes e incentiva práticas de cooperação, contribuindo para processos de inclusão e para o engajamento coletivo em iniciativas que impulsionam transformações

sociais. Dessa forma, os espaços educativos passam a se caracterizar por maior abertura, participação e sensibilidade às especificidades locais.

Constata-se também que a qualificação contínua desse profissional, integrada a perspectivas interdisciplinares, amplia de modo substancial suas capacidades de intervenção. Essa articulação formativa possibilita ao educador elaborar estratégias mais flexíveis e adequadas às particularidades de cada grupo, resultando em práticas pedagógicas mais pertinentes, eficazes e sintonizadas com as demandas diversas que emergem nos contextos onde sua atuação se desenvolve, na qual, geram possíveis direções para pesquisas futuras fundamentadas em evidências sólidas que contribuam significativamente para o avanço do conhecimento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão das produções científicas sobre Pedagogia Social, fica evidente que a atuação do educador social transcende a mera transmissão de conhecimentos, consolidando-se como prática mediadora de desenvolvimento integral, inclusão e emancipação. Os espaços socioeducativos, tanto escolares quanto comunitários, oferecem oportunidades de aprendizagem que articulam dimensões cognitivas, sociais, culturais e éticas,

permitindo aos sujeitos exercerem protagonismo e fortalecer competências fundamentais para a convivência democrática. A pedagogia social, ao integrar teoria e prática, confirma seu papel estratégico na construção de ambientes colaborativos, dialógicos e humanizadores, nos quais valores como empatia, respeito, cooperação e cidadania são continuamente cultivados.

Além disso, a formação continuada e o engajamento do educador com metodologias inovadoras e contextos diversos revelam que a prática pedagógica não escolar é essencial para enfrentar vulnerabilidades sociais e promover equidade. Ao dialogar com realidades concretas e implementar projetos comunitários, oficinas e atividades socioeducativas, o educador social atua como agente de transformação, contribuindo para a construção de sociedades mais justas e inclusivas. Nesse sentido, a Pedagogia Social se consolida como um campo contemporâneo de investigação e intervenção, cuja relevância se evidencia na capacidade de reconhecer sujeitos historicamente marginalizados como protagonistas de suas trajetórias e na promoção de mudanças sociais sustentáveis e integradoras.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Márcio Bernardino; MOTA, Patrícia Flávia (Orgs.). **A discussão dos conceitos de educação formal, não formal e informal e suas organizações nas estruturas sociais brasileiras**. Coleção Práticas e teorias da Pedagogia Social v. 8. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Márcio Bernardino; MOTA, Patrícia Flávia (Orgs.). **Práticas socioeducativas em espaços escolares e não escolares**. Coleção Práticas e Teorias da Pedagogia Social, v. 3. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Márcio Bernardino; MOTA, Patrícia Flávia (Orgs.). **Construção teórica no campo da Pedagogia e Educação Social**. Coleção Práticas e Teorias da Pedagogia Social v. 4. Jundiaí: Paco Editorial, 1ª ed., 2019.

FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Márcio Bernardino; MOTA, Patrícia Flávia (Orgs.). **Docência ampliada e pedagogia social: côncavos e convexos das práticas educativas**. Coleção Práticas e Teorias da Pedagogia Social, v. 7. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Márcio Bernardino; MOTA, Patrícia Flávia (Orgs.). **Formação docente ampliada: o desafio do exercício de ser-estar docente na contemporaneidade**. Coleção Práticas e Teorias da Pedagogia Social, v. 6. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Márcio Bernardino; MOTA, Patrícia Flávia (Orgs.). **A contribuição da Pedagogia e Educação Social para a formação integral do sujeito**. v. 9. São Paulo: Paco Editorial, 2020.

FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Marcio Bernardino; MOTA, Patrícia Flavia (orgs.). **Teorias e Práticas da Pedagogia Social no Brasil**. v. 2. São Paulo: Paco Editorial, 2018.

FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Marcio Bernardino; MOTA, Patrícia Flavia (orgs.). **Espaços Produtores de Aprendizagem nos Distintos Espaços Sociais**. v. 5. São Paulo: Paco Editorial, 2019.

FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Marcio Bernardino; MOTA, Patrícia Flavia (orgs.). **Teorias e Práticas da Pedagogia Social no Brasil**. v. 1. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

FERREIRA, Arthur Vianna; SIRINO, Marcio Bernardino; MOTA, Patrícia Flavia (orgs.). v. 10. São Paulo: Paco Editorial, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2001.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.